

Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris¹

Daniel Cefai²

Resumo: O artigo apresenta resultados de pesquisa de campo que se iniciou em um atendimento a moradores de rua por uma ONG, o Samusocial de Paris. As questões em pauta são de ordem metodológica: como observar e descrever práticas ordinárias e declarações públicas a respeito dos moradores de rua? Como desnaturalizar os dispositivos de intervenção sem tomar partido na controvérsia que eles apresentam? Mas ao mesmo tempo colocam a questão da formação de uma ordem política e moral: como o esquema de ação pública da “urgência social” foi inventado em resposta à definição do problema público da “grande exclusão” na França. A descrição minuciosa do trabalho de assistência social e enfermagem na rua, nos hospitais, em albergues noturnos e em instituições de assistência nos permite formular o que qualificamos de etnografia moral e política.

Palavras-chave: Moradores de rua; assistência social; urgência social; problema público; pesquisa de campo; etnografia moral e política.

Great exclusion and social urgency – taking care of homeless people in Paris

1 Este texto foi traduzido do francês para o português por Cristina Prado – a quem o autor agradece calorosamente.

2 École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) – Paris – França – daniel.cefai@ehess.fr

Abstract: *The article accounts for a fieldwork on outreach work with homeless people in a NGO, the Samusocial de Paris. The issues discussed are methodological: how to observe and describe ordinary practices with the homeless and public statements about them? How to denaturalize what is usually taken for granted in this kind of intervention, without taking part into the tough controversies concerning homelessness? Simultaneously, what is at stake in this research is the moral and political constitution of the public problem of “great exclusion” in France, at the core of the public policy of “social emergency”. An accurate description of the social and nursing work, down the street, in shelters, as well as in medical care and welfare institutions allows us to develop what we call a moral and political ethnography.*

Keywords: Homelessness; social service; social emergency; public problem; fieldwork; moral and political ethnography.

Como cuidar dos moradores de rua?

O que nos ensina a esse respeito uma pesquisa sobre as *maraudes*³ do Samusocial de Paris (Cefaï e Gardella, 2011)? Serão abordados aqui cinco pontos que, embora não sigam a ordem temporal da realização da pesquisa (Cefaï, 2012), levantam cinco dificuldades com as quais nos deparamos. 1. Sublinhamos, antes de tudo, a importância de manter o devido distanciamento diante dos posicionamentos públicos em relação à urgência social que se tornam, muitas vezes, apologia ou denúncia. Do ponto de vista da pesquisa, é necessário observar e descrever as atividades práticas do trabalho de rua em vez de se limitar às declarações verbais. 2. Esta pesquisa, feita de perto, sobre um dispositivo de intervenção junto aos moradores de rua nos levou a fazer um desvio histórico. A etnografia amplificou-se com a investigação do processo de constituição do problema público da “grande exclusão”. 3. Desnaturalizar um dispositivo de intervenção significa reabrir um campo de possibilidades, o que fizemos ao comparar a *maraude* do Samusocial com outras rondas, levando em conta a multiplicidade de mobilizações e controvérsias que, na arena política, problematizaram nosso objeto de pesquisa. 4. Progressivamente, a descrição minuciosa do trabalho de assistência social e médica, em campo, pelos agentes do Samusocial nos permite formular indagações que qualificamos de etnografia moral e política, além de promover uma reflexão sobre a ação pública. 5. Para

3 Nota da tradutora: *maraude* poderia ser traduzido por “ronda”, mas aqui se trata de uma ronda especial, sem destino fixo, uma perambulação, por exemplo dos taxistas à procura de clientes.

concluir, formulamos duas ou três reflexões a respeito da utilidade das pesquisas sobre os moradores de rua. Por que descrever? Para que serve a etnografia?

Nem a favor, nem contra: manter distanciamento diante das controvérsias públicas

Nem a favor, nem contra. A maior dificuldade quando empreendemos uma pesquisa sobre a urgência social é, antes de tudo, a de manter um distanciamento diante dos posicionamentos que já estão em confronto nas controvérsias públicas. O terreno é minado, dividido entre os “a favor” e os “contra”. Cada campo tem as suas próprias modalidades de definição e de resolução dessa “situação problemática” que costumou-se qualificar, em francês, de “*question SDF*” (Damon, 2002). Na verdade, de 1993 até hoje a urgência social esteve em primeiro plano entre as políticas públicas de assistência à população em situação de rua na França. Ela circunscreveu, à sua maneira, o “problema do morador de rua” e determinou seus desafios, encontrou seus apoios políticos e os recursos materiais para controlá-lo, focalizou a atenção pública, notadamente graças a um trabalho contínuo de comunicação junto à mídia, e já deixou sua marca indelével na esfera da ação pública com a invenção do Samusocial de Paris, que serviu de modelo a todos os Samusociais de toda a França. O que significa, se nos referirmos a uma concepção pragmatista (Dewey, 1927), que conseguiu impor uma certa definição do problema público e que conduziu os dispositivos de regulação e de intervenção do Estado numa certa direção – o Samusocial, apresentando-se, aliás, como um quase serviço público. O que fez que a urgência social polarizasse em torno de si o conjunto das pessoas, organizações e instituições direta ou indiretamente implicadas na percepção controversa das consequências desejáveis ou indesejáveis de suas intervenções. Foi criada uma verdadeira arena pública, interessada na questão do morador de rua, em torno do Samusocial de Paris, onde ele foi alvo de críticas e de contraproposições. Em outras palavras, a urgência social tornou-se tema de um debate controvertido, e boa parte das discussões a respeito da questão do morador de rua se concentra, hoje em dia, no dispositivo, nos recursos e nos procedimentos empreendidos para combatê-la.

Uma das primeiras tarefas de uma pesquisa, tendo essa pluralidade de perspectiva sido registrada, é a de esquadrihá-la e mapeá-la, tomando o cuidado de não tomar partido, sobretudo em relação a questões tão conflitantes. É difícil não se deixar levar por um lado ou por outro e, no entanto, isso é fundamental: para uma boa análise, continua válido o preceito weberiano de se abster, tanto

quanto possível, de todo julgamento de valor (*Wertfreiheit*), ao mesmo tempo em que se esclarece sua própria relação com os valores (*Wertbeziehung*). Mas isso requer um verdadeiro exercício de reflexão sobre os preconceitos dos atores tanto quanto sobre seus próprios preconceitos – exercício solicitado pela observação, assim como pela descrição e que, em troca, é aprimorado por elas. A pesquisa permite que se retome pontos de vista – que a enquadram e que ela tematiza – ao mesmo tempo em que dá acesso a atividades práticas tais como são realizadas e das quais nunca se liberta totalmente, condenada a seguir em ziguezague com maior ou menor lucidez por diferentes perspectivas, “visões” ou “vozes”.

Nesta pesquisa fomos, de início, massivamente expostos ao campo dos que são “a favor”. O canto da sereia é muito forte, primeiramente por parte do Samusocial, que desenvolve uma intensa atividade de explicação e de justificação, sobretudo através das palavras de seu presidente-fundador, Xavier Emmanuelli. De fato, uma primeira compilação literária foi constituída pela série de livros que ele publicou, que vão desde sua visão metafísica da *caritas* até uma concepção médico-humanitária da assistência social, passando pela prática do corpo a corpo no trabalho clínico e pela defesa, meio católica, meio republicana, do combate à pobreza. Esta é a face mais pública da organização, muitas vezes confundida com seu criador. Outra grande fonte de informações, que fornece todo tipo de escritos e vídeos, vem dos percursos no caminho organizados para os “observadores”, título oficial que designa, no dispositivo de enunciação da organização, estudantes de medicina, jornalistas ou sociólogos autorizados a seguir as *maraudes*. Por detrás dessa camada de visibilidade, na qual se detêm, muitas vezes, os comentadores, encontramos os relatórios destinados às autoridades tutelares e aos financiadores nos quais o Samusocial faz uma apresentação dos balancetes de sua atividade para fins de justificativa – sendo essa uma outra dimensão do trabalho de publicização, no sentido de Joseph Gusfield, que se dirige a outros auditórios (Gusfield, 1981). Além disso, quem quiser detalhar a ação do Samusocial tem a seu dispor estudos do Observatório em epidemiologia e ciências sociais, alguns testemunhos de funcionários e reportagens midiáticas. Ou seja, ao mesmo tempo muito pouco e demais.

No campo dos “contra” encontramos sobretudo uma literatura ultracrítica que visa, como não podia deixar de ser, à dimensão caritativa da empresa, que contesta a problematização em termos de urgência e pede a volta ao direito comum, que questiona o desperdício de dinheiro com quartos de hotel e vê os CHUs como os herdeiros dos asilos de antigamente, que acusa a urgência social de ser *charity business* e de infligir maus-tratos institucionais a seus usuários e a

seus funcionários. Alguns vão mais longe na generalização e fazem da urgência social: um novo instrumento de gestão de um subproletariado de mão de obra barata para a economia capitalista; uma armação, menos violenta que a *Brigade d'assistance aux personnes sans-abri* (BAPSA), destinada a fazer desaparecer os moradores de rua fazendo-os circular; um dispositivo biopolítico de gestão de uma população em estado de abandono e, sob o pretexto de ajuda, o seu controle; ou, mais interessante ainda, como sendo uma das peças centrais de uma “razão humanitária” (Fassin, 2010). Do ponto de vista de Didier Fassin, o Samusocial estaria contribuindo para uma despolíticação do problema público ao tratar os moradores de rua como “vítimas”. Ele seria um vetor da passagem de uma política social fundada sobre direitos e organizada pelo Estado-providência para uma política da compaixão, confiada à competência de uma ONG. Ele confirmaria o advento de uma nova “economia moral” em que a batalha contra as desigualdades e as injustiças teria recuado, diante de um esforço de sanitização do social, e o tratamento dos traumatismos das pessoas doentes teria substituído a luta contra as injustiças. Um ponto de vista pertinente, sob vários aspectos, mas que a pesquisa de campo nos levou a nuançar.

Voltar às origens: grande exclusão + urgência social

Suspendemos, portanto, nosso juízo, ao nos colocarmos um certo número de questões. Primeiro, em que consiste, mais precisamente, a ação do Samusocial de Paris? E, antes de tudo, como é que ela se formou? Uma rápida conferida na literatura internacional sobre o morador de rua (Pichon, Francq, Firdion, Marpsat, Roy e Soulet, 2008) nos mostrou a singularidade da situação francesa e nos levou a pesquisar o momento de sua gestação.

A missão oficial dessa organização é clara: ajudar as pessoas sem moradia, sobretudo os “grandes excluídos”. A categoria da “*grande exclusão*” aparece num contexto que vale a pena ser lembrado. Ela não tem nada de necessária mas tampouco é arbitrária⁴ O início dos anos 1990 vê o aumento dramático do número de pessoas que recorrem aos serviços das associações caritativas, além da diversificação do público da ação social, até então recenseado, e uma complicação da gama de patologias até então tratadas. Fora dos meios profissionais, a figura do morador de rua se impõe na imprensa – a categoria de SDF (*sans domicile fixe*) conquista a mídia a partir de 1993. De modo geral o número de “novos pobres”⁵ nas ruas de Paris explode; a recessão econômica provoca uma

4 Sobre essa fundamentação na experiência ver Cefai e Terzi, 2012.

5 Uma categoria de Paugam (1991) que acabou sendo difundida no discurso público.

queda do ânimo coletivo. Dois invernos rigorosos se sucedem e provocam um grande número de mortes nas ruas; a venda dos jornais *Macadam*, *La Rue* e *Le Réverbère* aumenta a visibilidade do fenômeno... A categoria faz sentido porque tem uma raiz afetiva e experiencial. O projeto do Samusocial surge num momento em que a sensibilidade coletiva em relação ao morador de rua é forte, suscitando tanto medo quanto indignação e compaixão. Coincide também com a descriminalização do estatuto de vagabundo e de mendigo⁶. Ele consegue o apoio de Chirac, então prefeito de Paris, que põe à sua disposição o hospício Saint-Michel e financia sua logística. Chirac também amplia e legitima o projeto em nível nacional, em 1995, ao nomear Emmanuelli secretário de Estado junto ao primeiro-ministro, encarregado da ação humanitária de urgência. A urgência social torna-se a matriz experiencial e institucional da ação pública com os moradores de rua. A história do Samusocial poderia ser contada como uma *success story*, que inventa uma fórmula inédita de intervenção, para responder a uma crise de envergadura nacional, e que traz os recursos e os apoios políticos necessários para se estabelecer.

Mas a história da definição e da administração de um problema público e da institucionalização do dispositivo que dela resulta não se atém a esses ingredientes. A categoria de “*grande exclusão*” emerge no confluente da experiência clínica acumulada pelos médicos do *Centre d'accueil et de soins hospitaliers* (CHAPSA) de Nanterre – Emmanuelli, Patrick Declerck, Michel Henry, Jacques Hassin⁷... – e de um trabalho de reflexão em torno de uma enfermeira da cidade de Paris, Madeleine Obry. O saber prático, acumulado em campo, encontra um esquema interpretativo no trabalho de Alexandre Vexliard (1998), mais precisamente em sua teoria da dessocialização dos “*clochards*”. O “grande excluído” é um morador de rua em fase 4 que perdeu a vontade de lutar e a força de se revoltar, “que não pede mais nada” a ninguém. Como é incapaz de se locomover até os serviços disponíveis e está em situação de perigo, é preciso que as instituições cheguem até ele. O alvo da ação é designado. Mas o que fazer? Emmanuelli teve a ideia de transpor um modelo que ele conhecia muito bem – mais do que o de São Vicente de Paula ou do Abade Pierre –, o da medicina humanitária posta em prática pelos *Médecins sans frontières*, acrescido da medicina de urgência, aprendida com o Samu 94. Aparelhar caminhões, transportando equipes móveis de socorro para “*ir em direção*” (*aller vers*) a estes potenciais beneficiários, equipes compostas, sistematicamente, por representantes de três

6 Sobre a tensão entre criminalização e caridade ver Geremek, 1994.

7 Eles escreveram para contar sua experiência – ver o sucesso de vendagem de Declerck, 2001.

grupos de ofício: um motorista-atendente, uma enfermeira graduada e um assistente-educador social. Esse contingente oferece cuidados médicos elementares e faz um levantamento socioadministrativo das pessoas encontradas na rua. Adiantam um primeiro diagnóstico, em função do qual serão encaminhados requerimentos de obtenção de direitos e de orientação das pessoas na rede de instituições de ajuda social, médica e psicológica. Na prática, os caminhões transportam os moradores de rua, se necessário, para albergues noturnos, centros de acolhimento e leitos de enfermaria do Samusocial, ou, durante o dia, para consultas com médicos hospitalares, psiquiatras, assistentes sociais ou cuidadores familiares. Neste quadro, os “grandes excluídos” tornam-se “vítimas”, embora não sejam atribuídas causas nem imputadas responsabilidades a essa situação de vítima. Segundo Emmanuelli, são “vítimas” análogas às de conflitos de guerra ou de catástrofes naturais. Mais tarde será elaborada a descrição nosológica de um processo de “asfaltização” cuja culpa seria de uma “*síndrome de estresse pós-traumático*”. Chegaremos, praticamente, à naturalização de uma patologia para justificar a situação de vítima do morador de rua e conceder ao dispositivo de urgência social o mesmo *status* das células de urgência médico-psicológica, criadas para atender às situações de crise provocadas por desastres ou atentados terroristas.

Esse arranjo institucional é interessante e, sem negligenciar o fato de que uma ação pública só é implementada via estratégias políticas, cálculos econômicos e reorganizações administrativas, onde interesses divergentes vão entrar em conflito, vale a pena considerá-lo por si só. Totalmente experimental no início, ele fixou maneiras de encarar, dizer e fazer que o Samusocial explorou e valorizou num espectro de realidades possíveis. Ele impôs uma forma de experiência pública cuja pregnância fez que fosse difícil, por uns quinze anos, imaginar outras alternativas. Ele cristalizou-se num discurso oficial do Samusocial e foi retomado como óbvio pelos jornalistas e pelos representantes do Estado. Ele foi traduzido, em campo, pelo olhar e pela prática dos trabalhadores da *marraude*, que reconhecem, enquanto casos singulares de “grande exclusão”, os moradores de rua que têm “muito tempo de rua”, “forte alteração do estado geral”, “frequente recusa a ir aos albergues” e “muitas vezes dificuldade de mobilidade”. Em suma, o problema público da grande exclusão “pegou”, transformando-se em crença prática, alimentando visões profissionais e institucionais e materializando-se no dispositivo da urgência social.

Desnaturalizar um dispositivo de intervenção: reabrir o campo dos possíveis

Para entender a urgência social era preciso, então, dar um passo para trás e voltar às origens. Perceber novamente, sob as camadas de institucionalização, como o dispositivo foi inventado. Era preciso fazer pesquisas no terreno: acompanhar as *maraudes* de noite e de dia, as rondas de clínica geral e as dedicadas aos casos de psiquiatria ou de tuberculose; seguir a formação reservada aos telefonistas/recepcionistas do 115 e aos *maraudeurs* nos caminhões; conversar com encarregados de todos os postos da organização. Algumas dessas operações de pesquisa nos foram autorizadas e outras – como o acompanhamento das reuniões dos funcionários, com a exceção do *briefing* antes das *maraudes* noturnas – nos foram vedadas. Cada instituição delimita, assim, um perímetro aberto à investigação: em nosso caso, uma decisão vinda da direção tornou possível esta pesquisa, mas foram estabelecidos limites por causa de microrresistências de quadros intermediários.

Para continuar a desnaturalizar esse dispositivo de intervenção, paralelamente à pesquisa histórica, começamos por recorrer a um procedimento de comparação. Com Gardella e Le Méner (doutorandos EHES-ENS Cachan), seguimos as *maraudes* pedestres ou motorizadas da Cruz Vermelha, dos *Camions du Coeur*, dos *Médecins du Monde*, da *Protection civile*, do *Recueil social*, da BAPSA, do *Emmaüs*, do *Aux Captifs la libération ou do Coeur des Haltes*, além das de pequenas associações como Robin des rues (laica), Chorbha pour tous (muçulmana) ou Antigél 75 (católica)... Esse percurso comparativo nos permitiu compreender várias coisas. 1. Primeiro, tivemos acesso à variedade de concepções da *maraude* – assalariadas ou voluntárias, religiosas ou laicas, financiadas pelos poderes públicos ou estritamente associativas, com ou sem programa de formação dos agentes, centradas na ajuda material ou trabalhando “com as próprias mãos”, restritas a certos territórios, circulando de ônibus, de *van*, de bicicleta ou a pé – e até mesmo a cavalo, se incluirmos a Guarda republicana no Bois de Vincennes! Para além dessas múltiplas variantes com seus objetivos, suas formas de atividade e seus estilos de intervenção, um núcleo comum pôde ser descoberto: o fato de “*ir em direção*”. 2. Em seguida, detectamos uma tensão de todas essas *maraudes* entre um polo pessoal e um polo institucional (Cefaï, Gardella e Le Méner, 2009) da qual resulta a diferença entre os tipos de bens e de serviços que elas fornecem. E notamos o problema de sua cooperação, no espaço e no tempo – todos os membros afirmando trabalhar complementarmente ao 115 e ao Samusocial, reconhecendo a utilidade de um “serviço público” mas, na maioria, recusando as tentativas da Direction des Affaires Sanitaires et

Sociales de Paris de colocar um pouco de ordem nessas ações dispersas. 3. Finalmente, tivemos acesso, em campo, às *críticas do dispositivo pelas enfermeiras e pelos trabalhadores sociais* – uma visão diferenciada, ancorada na prática, do serviço permanente de atendimento telefônico, dos albergues diurnos e noturnos ou dos leitos de enfermaria... Críticas, no final das contas, bem mais ricas e nuançadas do que tudo o que encontramos na literatura, de dentro ou de fora do Samusocial. Todas essas experiências de pesquisa nos permitiram relativizar a *maraude* do Samusocial e captar, novamente, seu caráter ao mesmo tempo singular e típico.

E depois, como uma bênção para o pesquisador, surgimos bem num momento de turbulência social: a distribuição de tendas pelos Médecins du Monde durante o verão de 2006 e a instalação do acampamento do canal pelos Enfants de Don Quichotte em 2007 coincidiram com o questionamento incisivo do projeto de urgência social. O problema público, cuja definição e cujo tratamento haviam mais ou menos se estabilizado por uns quinze anos, “colocou-se em movimento” novamente. A arena pública em torno da questão do morador de rua começou a se recompor. Essa mobilização coletiva, que comoveu a opinião pública, levou a um realinhamento das organizações que cuidavam dos moradores de rua. Disso resultou todo um processo, que ainda não está terminado, de questionamento do dispositivo do Samusocial e de interrogação jurídica, administrativa e financeira sobre a urgência social – que, evidentemente, repercutiu em nossa maneira de pesquisar e de analisar. Essa mobilização também ocasionou uma conferência de consenso organizada pela FNARS (Fédération nationale des associations d'accueil et de réinsertion sociale) e uma série de relatórios, entre os quais o do senador Étienne Pinte, que resultou na criação do PARSA (*Plan d'action renforcé en direction des personnes sans abri*). O presidente Chirac, antes de deixar o governo, apoiou a promulgação da lei sobre o direito à moradia (DALO: *Droit au logement*). Esse conjunto de processos transformou os termos do debate público ao conectar claramente os problemas públicos de ausência de moradia (*sans-logement*) e de moradia em péssimas condições (*mal-logement*) e levando à busca de soluções alternativas em outros países, como o *Housing first*, importado do Canadá. Ele acelerou o processo de racionalização e de regionalização dos serviços de acolhimento e de orientação, de perenização de lugares de estabilização em albergues e de criação de pequenas estruturas de *maisons-relais*.

Consequentemente, nossa pesquisa também migrou para outros lugares, tanto para entender a elaboração de uma Carta ética das diferentes associações de intervenção na rua quanto para seguir a reflexão sobre a questão da

coordenação dos objetivos, das agendas e dos territórios das *maraudes* parisienses, assim como a questão da profissionalização, através de cursos específicos de ofícios da urgência social. Gardella tornou-se parte da equipe do prefeito Régulier, delegado geral no comitê interministerial do alojamento e da habitação. Aí, neste novo terreno, teve uma visão privilegiada para observar o esforço de redefinição dos termos do problema público (a combinação de falta de moradia com péssimas condições de habitação: luta contra os *marchands de sommeil*⁸, mobilização da oferta de locação privada e social, experimentação do programa *Logement d'abord*, homogeneização das normas do alojamento e da habitação), adoção de investimentos (construção de alojamentos sociais, “humanização” dos albergues, apoio à coordenação das diferentes *maraudes*) e organização (criação do SIAO, o *Service d'Intégration de l'Accueil et de l'Orientation*, mutualização da gestão das estadias nos hotéis de Paris e de sua periferia, ampliação do 115 a toda a região da Île de France)... Essa modificação territorial e institucional teria como objetivo a criação de um serviço público de alojamento e de acesso à moradia. E, por fim, a recomposição da arena pública do “sem-moradia” teve também consequências em termos de protesto e de mobilização coletiva pelo pessoal do Samusocial, sobretudo em Lyon e Paris: começaram a reivindicar melhores condições de trabalho, a criticar seu *status* instável e a exigir que leis fossem aplicadas, a reclamar que as instituições de acolhimento fossem decentes e que ninguém mais ficasse na rua.

Em suma, todas essas transformações do debate e da ação pública repercutiram fortemente em nossas perspectivas de pesquisa: funcionaram para nós como agentes de desnaturalização do dispositivo do Samusocial e nos incentivaram a repensá-lo.

Cuidar: o trabalho social e médico como exercício moral e político

Agora, vamos ao coração da pesquisa, que se centrou no “acompanhamento personalizado” da *maraude*: uma *etnografia moral* acabou por desenhar-se. Por *moral* entendemos todos os problemas enfrentados no coração das atividades e que levam todos os escalões da instituição, mas sobretudo os da “linha de frente”, da “vanguarda”, a se questionar sobre o bem fazer, o mal fazer e suas consequências. O termo “moral” tem três fontes: 1. Ele vem da redescoberta pelas ciências sociais da questão dos comportamentos, da razão prática e da ética situada – o programa de pesquisa sobre *o senso comum do bem, do direito*

8 Nota da tradutora: nome dado às pessoas que alugam imóveis insalubres e perigosamente deteriorados a preços altos.

e do justo que emergiu na França no fim dos anos 1970, mas que tem raízes mais antigas dentro da história da sociologia – citemos apenas Durkheim e Sumner sobre os costumes (*mores*). 2. Mas ele também provém de uma tradição etnográfica de Chicago que remonta a Park, quando este mostrava que a ordem social é uma ordem moral, e que os estudantes pesquisavam os *neighborhoods* como sendo áreas morais. Reencontramos essa noção de ordem moral, recentemente, no *Sidewalk* de Mitch Duneier (1999)⁹, depois de ter sido explorada em vários trabalhos de Goffman. 3. Enfim, ele remete a uma concepção de pragmatismo da ação e da “valoração” (*valuation*) (Dewey, 1939) que não cumpre exatamente as expectativas das regras e dos valores formulados explicitamente pelas instituições e por seus membros. Em vez de estudar princípios éticos ou deontológicos, uma etnografia moral mergulha nos contextos de atividade, de ação e de interação para captar e mostrar uma *moralidade em atos*, tal como é feita – com suas dúvidas, seus paradoxos e suas ambiguidades.

- 1 - Essa moralidade está onipresente no trabalho da *maraude*. A partir do momento em que as pessoas começam a fazer confidências, elas expressam a necessidade de ser respeitadas, se revoltam contra o desprezo de que são vítimas, queixam-se das humilhações que sofreram, afirmam-se enquanto pessoas morais. Do outro lado, a parte muitas vezes invisível e “inestimável” do trabalho dos agentes da urgência social, sejam eles voluntários ou profissionais, e dificilmente codificável nas planilhas de análise ou no curso de formação, é o que há de mais precioso para eles. *Fazer bem* o seu trabalho é, evidentemente, respeitar normas de qualidade de cuidados e “ser profissional”, mas também significa ser capaz de ouvir, deixar-se comover por uma situação, dar de si e ir em direção ao outro, *lhe* fazer bem. Para tanto, a descrição etnográfica do cuidado social médico consegue mostrar o espaço da comunicação corporal e verbal, em diferentes situações de interação, na presença ou não de uma terceira pessoa: os rituais de cortesia e civilidade, o respeito e a gentileza na abordagem, o movimento do olhar e das mãos, o riso e as emoções compartilhadas, mesmo correndo o risco de se envolver afetivamente. Combinamos assim, novamente, maneiras de descrever do âmbito da “proxêmica” de E. T. Hall ou da “kinésica” de R. Birdwhistell, além de uma análise das interações à maneira de Goffman – nas versões da análise ritual e da análise de quadros – e uma fenomenologia da experiência dos sentidos, especialmente

9 Com Hakim Hasan e fotografias de Ovie Carter.

a do tato e do olfato que se inspira tanto em Merleau-Ponty quanto em E. Straus, L. Binswanger ou H. Tellenbach. Chloé Mondémé (doutoranda ENS Lyon) transcreveu algumas sequências de conversa mostrando de que maneira os *maraudeurs* identificam e abordam as pessoas que estão na rua e como os protagonistas criam laços, manifestam simpatia uns pelos outros, analisam conjuntamente o que está bem e o que não está bem – o que permite aos *maraudeurs*, ao mesmo tempo, saber qual é o estado da pessoa e diagnosticar suas necessidades, além de eventualmente orientá-la para um albergue ou para a urgência no hospital, mas também fazer que se sinta legitimada e recupere sua autoconfiança.

- 2 - É claro que esse trabalho é permeado de todo tipo de tensão. Tomemos como exemplo os esforços dos *maraudeurs* em tratar dos “transtornos da personalidade” recolocando-a no caminho da autonomia. Essa autonomia não é a do sujeito kantiano, nem a do contrato de inserção, é aquela, bem mais elementar, de sua postura, da capacidade de cuidar de seu próprio corpo, de recuperar sua autoconfiança, de interagir, de cumprir promessas e de acreditar nas dos outros, de aceitar as limitações do espaço e do tempo (Breviglieri, 2005; Pattaroni e Stavo-Debaugé, 2003)... Para os agentes sociais do Samusocial, isso requer dar atenção, ter consideração, escutar, acalmar, tranquilizar, consolar... Cuidar no sentido do *cure* e do *care*, mas também fazer pequenas chantagens emocionais, lançar mão da astúcia e da sedução e, às vezes, ameaçar recorrer ou até mandar alguém recorrer à força para convencê-los de que sua autonomia depende de um vínculo, por menor que seja, com uma instituição. Outras tensões devem ser assumidas: é preciso, na situação de interação, manter uma relação pessoal e, ao mesmo tempo, guardar uma distância profissional e institucional; é preciso dar e receber afeto, se envolver e não se deixar invadir ou consumir por esses afetos; é preciso agir dentro da urgência para amparar essa pessoa e, ao mesmo tempo, trabalhar na temporalidade, que vai além do aqui e agora dessa urgência. É preciso também se aproximar sem ofender, fazer que falem sem pressionar, propor sem impor, servir sem se submeter, partir sem abandonar... Essas “máximas práticas”, que reunimos sob o título “código do *maraudeur*”¹⁰, não são nem *especulações axiológicas* de eticistas, nem *exigências normativas* fixadas pela regulamentação, nem *diretivas práticas* dadas por uma formatrix. Elas são formuladas pelos *maraudeurs* quando têm de enfrentar problemas de

10 Em referência ao “código do detento” de Wieder (1974), com comentário em francês de Terzi (2010).

interação com as pessoas de quem devem cuidar ou quando acontece um desentendimento entre eles a respeito de gestos profissionais. Trata-se de uma *ética de interação, encarnada e contextualizada*. É apenas ao acompanhar essas situações de interação que se pode ter uma ideia do que significam, concretamente, categorias tais como confiança, amor-próprio e reciprocidade, solicitude e solitação, autonomia e dependência, complacência e responsabilização.

- 3 - O acompanhamento pessoal permite também captar a singularidade desse “*ofício público*” que é “*agir como maraudeur*” (Jeannot e Joseph, 1995): diferentemente do balcão de atendimento dos serviços públicos, é o agente que vai atrás do usuário, sem saber do que ele precisa e sem nem ao menos ter certeza de encontrá-lo; e o encontro não acontece num escritório fechado dos serviços públicos mas no espaço público da rua, aberto a qualquer um. Uma observação de perto mostra que os *maraudeurs* e moradores de rua combinam, continuamente, *quatro gramáticas de experiência e de ação*. a) Eles obedecem a uma gramática do espaço público urbano na medida em que agem como “transeuntes”, que transgridem a regra de indiferença civil (*civil indifference*) para entrar em contato visual ou vocal¹¹, e devem lidar com regras práticas de circulação e estacionamento na calçada. b) Os *maraudeurs* fazem uma visita privada num território de vida que ocorre na calçada e é materialmente balizado por objetos pessoais: devem recorrer aos rituais e aos procedimentos de interação que são aplicados nesse tipo de “visita domiciliar” entre “pessoas privadas”. c) Os *maraudeurs* vêm propor cuidados enquanto especialistas da assistência social ou médica: eles definem a situação como sendo uma intervenção de urgência em que lidam com “pacientes”. Suas atividades são inspiradas nos repertórios de conhecimentos e de convenções que são de ordem “profissional”. d) Os *maraudeurs* são representantes de um quase serviço público e lidam com “usuários” que são “beneficiários”: os moradores de rua têm acesso a serviços específicos e são mantidos sob cuidados em nome de uma concepção de cidadania republicana, não apenas do ponto de vista de uma perspectiva caritativa ou humanitária. Os *maraudeurs* não são, portanto, apenas “burocratas da rua” (Lipsky, 1980), nem exclusivamente agentes médico-sociais ou médico-psiquiátricos. Eles combinam, superpõem e encadeiam essas diferentes modalidades de engajamento na situação de intervenção. Daí os

11 Ver Erving Goffman, 1963, e Cefai, 2013.

dilemas nos quais *maraudeurs* e transeuntes-pessoas-pacientes-usuários são emaranhados.

- 4 - O exercício da *maraude* é de ordem interpessoal (a capacidade de empatia e de solicitude) ou profissional (a noção de trabalho bem feito), mas também é de ordem *institucional*. O cuidado, primeiramente, se apoia nas operações coordenadas de múltiplos atores. Ele é incorporado a situações feitas de objetos, de procedimentos e de regras. É amparado por diferentes arranjos técnicos, regulamentares ou organizacionais. A descrição minuciosa de situações de assistência mostra como a preocupação em fazer bem feito no trabalho de rua não se restringe a uma situação interpessoal e é *distribuída* pelos diferentes elementos do dispositivo. Isso significa que um verdadeiro processo de cooperação acontece diante dos casos-limite ou atípicos nos quais não é possível ater-se a hábitos ou aplicar procedimentos e é necessário usar a imaginação, ajustar-se ao caso dentro de sua singularidade, coordenar empenhos, achar uma solução sob medida. Mas isso significa também que as exigências de ordem institucional redobram as pressões morais da ordem da interação.

Esse ponto é importante. As questões morais são frequentemente estabelecidas por dilemas vividos por uma pessoa em seu foro íntimo ou em relação a uma outra pessoa. Aqui, as questões “o que fazer?” e “como fazê-lo corretamente?” concernem aos diferentes agentes implicados no atendimento e levam tanto os plantonistas do atendimento telefônico do 115 quanto os coordenadores noturnos, os representantes da categoria, os médicos baseados em Saint-Michel, os *maraudeurs* em suas equipes móveis e os monitores dos albergues a agir conjuntamente diante de questionamentos indissociavelmente morais, terapêuticos e organizacionais. Em seguida, reavaliam suas atividades em debates de diversos tamanhos ou *status* (as explicações entre *maraudeurs* dentro do caminhão, após uma intervenção; suas deliberações com o coordenador noturno; as arbitragens dos responsáveis do 115; as reuniões entre motoristas, enfermeiras ou trabalhadores sociais; o *briefing* de todas as noites...). A exigência do bem fazer no exercício de uma assistência social é uma incumbência coletiva que é demasiadamente negligenciada pelas etnografias críticas. Talvez por considerá-la evidente e por querer destacar o que não funciona, negligenciam, assim, e por bons motivos, a descrição densa das atividades profissionais, para se debruçar sobre análises estruturais ou funcionais; ou então isso acontece porque tratam esse sentido moral como sendo do âmbito de uma “ideologia profissional”, e consideram que

a sociologia deve dissipar as ilusões que resultam de processos de eufemização, de idealização ou de encantamento de práticas triviais de controle e de dominação. Acreditamos, pelo contrário, que uma etnografia moral é capaz de dar conta de uma dimensão capital do sentido coproduzido pelos participantes de dispositivos de ação pública. É preciso levar a sério a ética e o direito como estando contribuindo para a realização de um bem público – suas definições, os dispositivos destinados à sua execução e as regras normativas enunciadas para este fim permanecendo, é claro, questões polêmicas.

- 5 - Além dessa coordenação institucional da assistência, a *marau* preenche uma missão política. Sob vários aspectos. Ela trata um problema público em escala micropolítica. Ana Marques, que escreveu, no livro *L'urgence sociale en action*, o trecho sobre o Réseau Souffrances et précarité (Marques, 2010), defendeu uma bela tese na qual emprega o termo micropolítica no sentido da distribuição dos poderes, das prerrogativas e das responsabilidades entre os diferentes participantes do dispositivo – quem pode agir, para fazer o quê, como, a partir de quando e até onde. Esse caminho é pertinente, mas nossa concepção se inspira mais na “micropolítica da perturbação” de Emerson e Messinger (1977)¹². Os *marau* são encarregados de reparar, no sentido goffmaniano, perturbações da ordem pública: eles intervêm enquanto encarregados de uma missão que é a de *remediar* a presença perturbadora de moradores de rua e de *mediatizar* a relação com o público que os incumbiu dessa função. Os *marau* têm, portanto, uma função de manutenção ou de restauração da ordem pública, que os transeuntes ou cidadãos não podem ou não querem assumir (Gayet-Viaud, 2010), no exercício da qual aplicam sua competência profissional, dispondo, para tanto, de um certo número de prerrogativas. Aí também a pesquisa etnográfica mostra que essa função de reparação pode ser investida de múltiplos significados pelos mandatários, pelos agentes e pelos usuários. A perturbação pode ser definida de várias maneiras. Para a prefeitura, trata-se de assegurar a tranquilidade, a salubridade e a segurança públicas. Para um comerciante, trata-se de liberar seu trecho de calçada indevidamente obstruído – ver as interações telefônicas com o 115. A prefeitura de Paris pode ter de liberar um espaço prometido a um outro projeto urbano, por exemplo *Paris Plages* no verão.

12 Os remediadores (*troubleshooters*) são encarregados de dissipar os distúrbios criados pelos perturbadores da ordem pública (*troublemakers*), (comentário em Emerson e Messinger, 1977).

O caráter insuportável da vida na rua perturba muitos transeuntes comuns, enquanto para os profissionais isso significa a necessidade de dar, de maneira imperativa, uma assistência social, médica ou psiquiátrica...

- 6 - A *maraude* carrega um sentido político de uma outra maneira. Ela reintroduz “a *terceidade da sociedade e do Estado*” (Chave, 2010) no face a face entre agentes do Samusocial e moradores de rua. Poderíamos dizer, como Axel Honneth (2003), que os *maraudeurs*, para além da “solicitude pessoal”, reinjetam alguma “consideração legal” (recuperação de direitos sociais e cívicos) e manifestam “estima social” (superação do estigma e afirmação de igualdade). Eles cuidam e escutam, mas também se empenham em reconstruir uma pessoa social e legal. E o fazem em nome de uma política pública. Poderíamos ainda, assim como Isaac Joseph (2007), ao comentar Simmel (Simmel [1907], 1998), insistir no fato de que a *maraude* é uma “aplicação de meios públicos para fins públicos”, com a qual o Estado cumpre sua obrigação de assegurar o respeito e os direitos dos moradores de rua enquanto seres humanos e cidadãos. É bem verdade que ele o faz a pouco custo, como frequentemente o acusam, também é verdade que se livra da tarefa passando-a para uma organização não governamental, fato deplorado pelos defensores de um Estado social, mesmo assim não deixa de reinserir os moradores de rua numa “verdadeira comunidade cívica instituinte”; “uma *comunidade por vir*, sempre suscetível de ser ampliada, já que incluiria os que lhe são estranhos e ainda não fazem parte dela”. Há aí uma política pública, no sentido forte do termo, impulsionada pelo direito de reivindicar direitos, tanto aplicada quanto contestada por várias ONGs, idealmente orientada em direção à maximização das capacidades dos beneficiários, muito além da velha caridade ou da administração dos pobres. Desse ponto de vista, o Samusocial é uma instituição ambígua. Por um lado, ele exerce a responsabilidade, em nome do público, de cuidar e curar os moradores de rua – as reações de indignação que se seguiram à decisão do governo Sarkozy, em pleno verão 2011, de diminuir 10% das verbas destinadas aos moradores de rua foram um bom indicador da preocupação desse público. Por outro lado, ele o faz sob a dependência do governo e da administração do serviço social, diferentemente de outras organizações que estão igualmente preocupadas com o problema do morador de rua e o tratam tanto como cidadãos quanto como vítimas que necessitam de uma intervenção humanitária específica.

A etnografia moral é, portanto, indissociável de uma *etnografia da ação pública*, através da delegação de uma missão de serviço público a uma organização e a seus profissionais (Katz, 1975). Descrever como opera concretamente a urgência social, essa estranha síntese de diversas lógicas de ação e de justificação, que não existe em lugar nenhum além da França, abre uma discussão sobre o Estado, no concreto e em ação, em relação a uma certa concepção da humanidade e da cidadania. Ao mesmo tempo em que visa a proteger “vítimas” em nome da “urgência”, a urgência social abriu um novo espaço de direitos e uma nova política de solidariedade. Ao nosso ver, o trabalho de rua não se reduz à aplicação de uma política de compaixão, de um governo que ouve ou de uma sanitização do social, mesmo se às vezes ele assim se apresenta. A urgência social, com todas as suas ambiguidades e limitações, não deve ser, precipitadamente, restrita às perspectivas da caridade de conotação religiosa, do poder sobre os desgarrados e desclassificados, da microfísica do poder ou do governo dos comportamentos – a paleta comum das opções interpretativas.

Para que descrever? Ceder ao cansaço do ceticismo ou abrir-se novamente à ação?

É impossível manter-se insensível ao destino das pessoas pesquisadas quando estamos estudando tanto os moradores de rua quanto os que cuidam deles. Confrontamos situações, muitas vezes horríveis, que é preciso suportar para poder continuar. Fomos expostos à miséria de pessoas destruídas pela vida e que têm poucas chances de sair dessa situação. Pessoas que reencontramos noite após noite, à deriva – o dispositivo de apoio social mal consegue lhes dar sustentação, algumas vão desmoronando lentamente e acabam morrendo. Vemos motoristas, enfermeiras, educadores e agentes sociais que se consomem também, dando tudo de si, lutando por um caso, às vezes brigando para refazer um dossiê de *Revenu de solidarité active*¹³ (RSA) ou de *Couverture maladie universelle*¹⁴ (CMU) ou para encontrar um leito hospitalar – e que também levam uma vida precária fora do trabalho. Vemos instituições funcionando com meios insuficientes, albergues vetustos; até recentemente, um 115 com falta de vagas e de plantonistas, tendo de rejeitar gente em pleno inverno, com um nó no peito...

13 RSA: serviço que “traduz o direito fundamental, que todos os cidadãos têm, de ter acesso aos recursos necessários para viver de forma digna”. Ela visa a assegurar uma renda mínima às pessoas sem trabalho e sem recursos (cidadãos do espaço econômico europeu e da Suíça, residentes ou apátridas).

14 CMU: seguro que garante o acesso aos cuidados médicos e o reembolso do preço desses serviços e dos remédios a todos que residem na França e não são beneficiários de um outro plano obrigatório de seguro-saúde.

Se olhamos as coisas de perto, somos tomados pelo desespero e quase perdemos o chão. Então podemos até pensar: Para que descrever? Por que não denunciar e agir, simplesmente? Kim Hopper (2003), um dos etnógrafos norte-americanos mais engajados a favor dos moradores de rua, que foi presidente da National Coalition for the Homeless e é perito judicial no assunto, redator de revistas, defensor dos direitos dos *homeless* em várias arenas cívicas, clínico que coopera com psiquiatras e consultor de organizações não governamentais, questiona a utilidade da pesquisa... Como fazer que os trabalhos etnográficos não sejam lidos como relatos pitorescos que estimulam o voyeurismo ou transbordam compaixão? Histórias a ser lidas tranquilamente em casa sobre a engenhosidade e resiliência dos moradores de rua ou sobre as benfeitorias concedidas pelas organizações estatais ou associativas ?

A visão de Hopper é um pouco pessimista e corre o risco de fazer que se deixe de lutar – o que ele não faz. Mas ele subscreveria, acreditamos, uma concepção pragmatista da pesquisa que vê nela uma *maneira de a coletividade refletir sobre si mesma a fim de se equipar para melhor agir sobre si mesma e sobre seu meio ambiente e para tentar controlar seu futuro*. A pesquisa forma novas maneira de ver, dizer e fazer ao mesmo tempo em que arma novas capacidades de ação. Essa ideia era crucial para Dewey e para Mead: a pesquisa não deve nos encerrar no destino dos pacientes que suportam, impotentes, sua situação. Ela deve abrir novas perspectivas, dar motivação à ação, esboçar linhas de intervenção – se possível, fazer que os pacientes voltem a ser atores. Em vez de reduzir os indivíduos ao desespero ou de representar o *statu quo*, ela deve ajudar os indivíduos, a coletividade, as organizações ou instituições a entender melhor suas perspectivas e, eventualmente, a reorganizá-las, a apropriar-se de certos conjuntos de consequências para agir de maneira mais eficaz e mais pertinente e, sobretudo, mais reflexiva.

A pesquisa sobre a vida na rua pode ajudar, mesmo de maneira limitada. Sua força primeira consiste em fazer-se “*cooperação observadora*” (Cefai, 2010). Observar já é participar e cooperar com os atores. É confrontar suas situações problemáticas, seus pontos de vista e entender – permanecendo no espaço em que vivem ou acompanhando suas histórias de vida – como é que eles saem dessa situação. Assim o fez Pascale Pichon, com Thierry Torche (Pichon e Torche, 2007), ao descrever os processos existenciais e institucionais que levam a “sair da rua” ou, com K. Choppin, E. Jouve e D. Grand (2010), ao falar sobre as modalidades de “morar em seu lar”. Ao ajudar a entender quais são os pontos de apoio, os suportes e os recursos dentro do ambiente de uma pessoa que acaba de passar meses ou anos na rua e que deve reacostumar-se com um lar, o objetivo é

conceber uma moradia que lhe seja praticável e acolhedora. Desse ponto de vista, a pesquisa de campo opera como *tradutor*: ela dá acesso aos sistemas de coordenadas dos pesquisados. Mas não se trata de uma tradução abstrata. Etnografar significa descrever como certos corpos são inseridos dentro de práticas precisas, como se apoiam em dispositivos que agem conjuntamente a eles e como é que formam coletivos de experiência, de juízo e de interação. Ela conta também ser um operador de *empowerment*: em vez de insistir exclusivamente no processo de reprodução, de bloqueio ou de derrota, ela permite descobrir possibilidades de ação na atual situação.

Desse ponto de vista, nossa pesquisa nos deixou com uma ponta de insatisfação: a restituição dos resultados junto ao Samusocial foi menos densa do que esperávamos, mesmo tendo obtido bastante retorno dos profissionais da urgência social. O trabalho de observação e de descrição do livro *L'Urgence sociale en action* tentou, sem caricaturas, mostrar a utilidade de certas partes do dispositivo, ao mesmo tempo em que apontou as dificuldades do serviço de telefone de emergência (115) ou dos albergues de dia e noite (CHUs). Ele mostrou a importância da *maraude* enquanto procedimento de vigília social (*veille sociale*), mostrando detalhadamente a experiência adquirida em campo pelos *maraudeurs*, o *savoir faire* que eles elaboraram no acompanhamento personalizado e as capacidades que adquiriram, antes de apontar os efeitos perversos de sua precarização e de questionar a legitimidade de uma formação específica. Ele expôs as reivindicações dos trabalhadores da urgência social, notadamente ao acompanhar a greve do Samusocial de abril de 2010 – muito reveladora dos problemas dos funcionários do dispositivo, através das propostas de organização por sua “mão de obra”. Se essa pesquisa mostrou a importância da urgência social para a pessoas designadas como “grandes excluídos”, não deixou de chamar a atenção para a necessidade de outros dispositivos mais ajustados para os jovens em situação marginal, os trabalhadores pobres, as famílias expulsas ou em situação irregular, os migrantes intracomunitários, entre os quais os Roms, os requerentes de asilo político ou os menores estrangeiros desacompanhados... Os “grandes excluídos”, se tomamos essa categoria em seu sentido estrito e procuramos uma que lhe corresponda empiricamente entre os usuários do Samusocial de Paris, formam uma pequena minoria. Essa pesquisa, enfim, confirmou a necessidade de elaborar, nos dispositivos de acompanhamento, as dimensões do direito e dos sentimentos morais, do cuidado como *care* e *cure*, das virtudes do profissionalismo e da proximidade nas intervenções que mantêm o quadro da política pública, sem deixar de considerar os pacientes-usuários enquanto pessoa, no singular (Ravon, 2008).

A pesquisa não deve, cedendo ao *pathos* da crítica radical, levar à paralisia, calar a voz ou reduzir à impotência. Ela deve nos convidar e nos incitar a nos mover para frente. Retomando uma velha lição pragmatista, saber deve se tornar uma fonte de esperança.

Referências

- BREVIGLIERI, Marc. Bienfaits et méfaits de la proximité dans le travail social. In: ION, J. (Dir.). *Le travail social en débat(s)*. Paris, La Découverte, 2005, p. 219-234.
- CEFAÏ, Daniel, GARDELLA, Edouard, e LE MÉNER, Erwan. Enquêter sur un dispositif d'urgence sociale. Les maraudes auprès des sans-abri à Paris. In: CANTELLI, F., ROCA, M., STAVO-DEBAUGE, J., e PATTARONI, L. (Dir.). *Sensibilités pragmatiques. Enquêter sur l'action publique*. Bruxelles, Peter Lang, 2009, p. 39-51.
- CEFAÏ, D. Un pragmatisme ethnographique. L'enquête coopérative et impliquée. In: CEFAÏ, D. et al. *L'Engagement ethnographique*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2010, cap. 8.
- CEFAÏ, Daniel, GARDELLA, Edouard. *L'Urgence sociale en action. Ethnographie du Samusocial de Paris*. Paris, La Découverte, 2011.
- CEFAÏ, Daniel. Comment généralise-t-on? Chronique d'une ethnographie de l'urgence sociale. In: DESVEAUX, E., e FORNEL, M. de (Eds.). *Faire des sciences sociales. Généraliser*. Paris, Editions de l'EHESS, 2012, p. 31-58.
- CEFAÏ, Daniel, TERZI, Cédric. Présentation. In: CEFAÏ, Daniel, e TERZI, Cédric. (Eds.). *L'Expérience des problèmes publics*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2012 (col. Raisons Pratiques n° 22).
- CEFAÏ, Daniel. L'ordre public. Micropolitique de Goffman. In: GOFFMAN, E. *Comment se conduire dans les lieux publics*. Paris, Économica, 2013, p. 209-290.
- CHAVE, Frédérique. Tiers en urgences. Les interactions de secours, de l'appel au 18 à l'accueil en service d'urgences pédiatriques. Contribution à une sociologie des tiers. Tese de doutorado, Sociologia, Paris X Nanterre, 2010.
- DAMON, Julien. *La question SDF. Critique d'une action publique*. Paris, PUF, 2002.
- DECLERCK, Patrick. *Les naufragés. Avec les clochards de Paris*. Paris, Plon, 2001.
- DEWEY, John. *The Public and its Problems*. New York, Henry Holt, 1927.
- DEWEY, John. *Theory of Valuation*. Chicago, University of Chicago Press, 1939.
- DUNEIER, Mitch. *Sidewalk*, New York, Farrar, Straus, and Giroux, 1999.
- EMERSON, Robert, e MESSINGER, Sheldon. Micropolitics of Trouble. *Social Problems*, 25, 2, 1977, p. 121-134.
- FASSIN, Didier. *La raison humanitaire*, Paris, Seuil/Gallimard, 2010.
- GAYET-VIAUD, Carole. Du passant ordinaire au Samusocial: la (bonne) mesure du don

- dans la rencontre avec les sans-abri. *Revue du Mauss semestrielle*, 35, 2010, p. 247-265.
- GEREMEK, Bronislaw. *Poverty: A History*. Cambridge (Mass.), Blackwell, 1994.
- GOFFMAN, Erving. *Behavior in Public Places*. New York, Free Press, 1963.
- GUSFIELD, Joseph. *The Culture of Public Problems: The Drinking-Driving Problem and the Production of the Symbolic Order*. Chicago, University of Chicago Press, 1981.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Editora 34, 2003.
- HOPPER, Kim. *Reckoning with Homelessness*. Ithaca, Cornell University Press, 2003.
- JEANNOT, Gilles, e JOSEPH, Isaac. (Eds.). *Métiers du public*. Paris, Éditions du CNRS, 1995.
- JOSEPH, Isaac. Le ressort politique de l'assistance, l'expérience de l'induction morale. Sur l'ethnographie des SDF. In: JOSEPH, I. *L'Athlète moral et l'enquêteur modeste*. Paris, Economica, 2007, p. 413-436.
- KATZ, Jack. Essences as Moral Identities: Verifiability and Responsibility in Imputations of Deviance and Charisma. *American Journal of Sociology*, 80, 6, 1975, p. 1369-1390.
- LIPSKY, Michael. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. New York, Russell Sage Foundation, 1980.
- MARQUES, Ana. Construire sa légitimité au quotidien. Le travail micropolitique autour d'une Équipe mobile de psychiatrie-précarité. Doctorat EHESS, Paris, 2010.
- PATTARONI, Luca, e STAVO-DEBAUGE, Joan. Quelques effets de l'idée de proximité sur la conduite et le devenir du travail social. *Revue suisse de sociologie*, 29, 1, 2003, p. 141-157.
- PAUGAM, Serge. *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris, PUF, 1991.
- PICHON, Pascale, e TORCHE, Thierry. *S'en sortir... Accompagnement sociologique à l'autobiographie d'un ancien sans domicile fixe*. Saint-Étienne, Presses Universitaires de Saint-Étienne, 2007.
- PICHON, Pascale, FRANCO, B., FIRDION, J.-M., MARPSAT, M., ROY, S., e SOULET, M.-H. *SDF, sans-abri, itinérant. Oser la comparaison*. Louvain, Presses Universitaires de Louvain, 2008.
- PICHON, Pascale, CHOPPIN, K., GRAND, D., e JOUVE, É. *Sortir de la rue: les conditions de l'accès au "chez soi"*. Saint-Étienne, Relatório para a DGAS, 2010.
- RAVON, Bertrand. Souci du social et action publique sur mesure. L'expérience publique, singulière et critique des problèmes sociaux. *SociologieS*; disponível *on line* desde 30 de outubro de 2008: <<http://sociologies.revues.org/2713>>.

SIMMEL, Georg. *Les pauvres* [1907]. Paris, PUF, 1998.

TERZI, Cédric. Dire le code du détenu. In: CEFAÏ, D. et al. *L'Engagement ethnographique*. Paris, Éditions de l'EHESS, 2010, p. 183-216.

VEXLIARD, Alexandre. *Le Clochard. Étude de psychologie sociale* [1957]. Paris, Desclée de Brouwer, 1998.

WIEDER, D. Lawrence. *Language and Social Reality: The Case of Telling the Convict Code*. La Haye, Mouton, 1974.

Recebido em: 03/04/2013

Aceito em: 03/06/2013

Como citar este artigo:

CEFAÏ, Daniel. Grande exclusão e urgência social — Cuidar dos moradores de rua em Paris. *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 265-286.